



POLÍTICA NACIONAL  
**DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E  
OUTRAS DROGAS ANTIRRACISTA:**  
OFICINA INTERNACIONAL

# RELATÓRIO FINAL

## Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista



POLÍTICA NACIONAL DE  
**SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL  
E OUTRAS DROGAS  
ANTIRRACISTA:**  
OFICINA INTERNACIONAL

POLÍTICA NACIONAL  
ANTIRRACISTA DE SALUD MENTAL,  
ALCOHOL Y OTRAS DROGAS



**2024**



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE





## Comissão Organizadora

- ✓ Akemi Kamimura – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde;
- ✓ Allana Maciel Benedete – Assessoria Internacional do Ministério da Saúde;
- ✓ Cláudia Pellegrini Braga – Universidade de São Paulo;
- ✓ Claudia Renata Silva – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Daniel Nardelli Santos – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Diogo Alves – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde;
- ✓ Elisa Prieto – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde;
- ✓ Eunice Lima – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.
- ✓ Indiara Meira Gonçalves – Assessoria Internacional do Ministério da Saúde;
- ✓ Luis Eduardo Batista – Assessor para Equidade Racial em Saúde do Ministério da Saúde;
- ✓ Marden Marques Soares Filho – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde
- ✓ Neli Maria Castro de Almeida – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Rafaela Oliveira Stuckert – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Raquel Lima De Oliveira E Silva – Assessoria Internacional do Ministério da Saúde;
- ✓ Sonia Barros – Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Stephany Cecília Rocha Damasceno – Assessoria para Equidade Racial em Saúde do Ministério da Saúde;
- ✓ Vinícius dos Santos Torres – Assessoria para Equidade Racial em Saúde do Ministério da Saúde.

## Elaboração e Revisão

- ✓ Akemi Kamimura – Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde;
- ✓ Cláudia Pellegrini Braga – Universidade de São Paulo;
- ✓ Marden Marques Soares Filho – Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde;
- ✓ Sonia Barros – Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

## 1. Apresentação

---

O Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DESMAD) da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS) vem procurando estabelecer, fomentar e propagar estratégias de combate ao racismo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente nos serviços especializados de saúde mental. Essa iniciativa está alinhada com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a Portaria nº 344/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde e a Portaria nº 2.198/2023, que estabeleceu a Estratégia Antirracista para a Saúde com o objetivo de contribuir com a eliminação das desigualdades étnico-raciais na saúde, tendo entre suas diretrizes a promoção do caráter antirracista nas políticas do Ministério da Saúde, por meio da transversalização da temática étnico-racial nas ações, programas e iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Ministério da Saúde.

Seguindo essas orientações, o Ministério da Saúde, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS Brasil), planejou a realização da **Oficina Internacional sobre a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista**. O objetivo foi o de facilitar a promoção e integração entre iniciativas de combate ao racismo nos serviços de saúde mental em países da América Latina e do Caribe, bem como fortalecer as relações institucionais internacionais lideradas pelo Ministério da Saúde.

Este evento inédito no Brasil reuniu convidados nacionais e internacionais e incluiu relatos de experiências antirracistas do México e do Canadá, bem como das práticas desenvolvidas no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, com destaque para aquelas dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). As experiências apresentadas estavam alinhadas com as entidades públicas em nível federal, estadual, distrital e municipal, promovendo boas práticas nos serviços de saúde mental.

Este relatório final apresenta uma síntese das atividades realizadas durante a Oficina Internacional sobre a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista, destacando os principais resultados, recomendações e encaminhamentos decorrentes do evento. A oficina ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2024 como parte das celebrações do Dia 18 de Maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

### Sônia Barros

Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas  
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde  
Ministério da Saúde



## 2. Introdução

O enfrentamento do racismo institucional nos serviços de saúde mental é uma questão crucial para promover a equidade e a integralidade no cuidado à população negra. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a Portaria GM/MS nº 344/2017, que estabelecem diretrizes para a saúde da população negra, é imperativo desenvolver estratégias eficazes nesse sentido.

A Política da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre Etnia e Saúde<sup>1</sup>, e Estratégia e Plano de Ação sobre Etnia e Saúde 2019-2025<sup>2</sup> priorizam cinco linhas de ação estratégicas: 1) geração de evidências; 2) estímulo à ação em matéria de políticas; 3) participação social e alianças estratégicas; 4) reconhecimento dos conhecimentos ancestrais e da medicina tradicional e complementar; 5) desenvolvimento das capacidades em todos os níveis. Em outra ocasião, após análise da situação de saúde da população afrodescendente nas Américas, foi recomendada a implementação de políticas de saúde mental que reconheçam o impacto do racismo e discriminação racial na vida e nas relações sociais de crianças, adolescentes, jovens e mulheres afrodescendentes.<sup>3</sup>

Vale ainda destacar que o Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde destaca dez recomendações para Nova Agenda de Saúde Mental para as Américas com pontos de ação correspondentes, dentre elas lidar com racismo e discriminação racial como um dos principais determinantes da saúde mental<sup>4</sup>. Nesse sentido, é fundamental combater o racismo sistêmico contra povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos, a partir de pontos de ação como: i) trabalhar com essas comunidades para compreender e abordar o racismo e potenciais soluções; ii) estabelecer planos de ação nacionais contra o racismo e a discriminação racial; iii) fortalecer normativas e políticas para combater racismo e promover equidade; e iv) adotar medidas em diversos níveis para criar

<sup>1</sup> Organização Pan-Americana da Saúde. Política sobre etnia e saúde. 29a Conferência Sanitária Pan-Americana. CSP29/7, rev.1. 28 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/politica-sobre-etnia-e-saude-29a-conferencia-sanitaria-pan-americana>

<sup>2</sup> Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019–2025. Washington, D.C.: OPAS; 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51753>

<sup>3</sup> Organização Pan-Americana da Saúde. La salud de la población afrodescendiente en América Latina. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud; 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275323847>

<sup>4</sup> Organização Pan-Americana da Saúde. Nova Agenda de Saúde Mental para as Américas: Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde – Resumo executivo. Washington, D.C.: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727225> O relatório completo está disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57504>



ambientes antirracistas.

Nessa mesma linha, a Portaria GM/MS nº 2.198, publicada em 6 de dezembro de 2023, institui a Estratégia Antirracista para a Saúde no âmbito do Ministério da Saúde, com o propósito de contribuir com a eliminação das desigualdades étnico-raciais na saúde, tendo entre suas diretrizes a promoção do caráter antirracista de nas políticas do Ministério da Saúde, por meio da transversalização da temática étnico-racial nas ações, programas e iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Ministério da Saúde.. Essa estratégia está alinhada com a busca por garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde, sensibilizar os profissionais de saúde para questões raciais e criar um ambiente acolhedor e livre de discriminação nos estabelecimentos de saúde. A Portaria indica como uma das prioridades na formulação de um plano de ação a “perspectiva étnico-racial na formulação, na execução e no monitoramento das políticas públicas de saúde mental, considerando as especificidades do sofrimento psíquico nos diferentes segmentos étnico-raciais da população”. Além disso, a portaria estabelece a importância da coleta de dados sobre raça/cor nos prontuários e sistemas de informação em saúde. Essa medida reflete o compromisso do Ministério da Saúde em enfrentar as desigualdades e injustiças que afetam a população negra no acesso aos serviços de saúde, representando um avanço significativo na promoção da equidade racial e na construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo para todos os brasileiros.

Autores das discussões sobre o antirracismo, como Sueli Carneiro (2015) e Kabengele Munanga (2005), destacam a importância de ações concretas para combater o racismo presente nos serviços de saúde. Carneiro ressalta a necessidade de políticas afirmativas que garantam o acesso igualitário aos serviços de saúde, enquanto Munanga enfatiza a urgência de práticas antirracistas no cotidiano das instituições.

Nesse contexto existe o grande desafio de identificar e implementar boas práticas antirracistas em saúde mental, especialmente na América Latina e no Caribe. A busca por essas práticas revela um cenário no qual poucas iniciativas foram documentadas no âmbito de políticas públicas em nível global. No entanto, essa carência destaca a importância da troca de experiências entre países para fortalecer e aprimorar as políticas e práticas de saúde mental com uma perspectiva antirracista.

A América Latina e o Caribe enfrentam uma série de desafios estruturais que afetam a equidade racial nos serviços de saúde mental. A desigualdade socioeconômica, a discriminação racial histórica e a falta de acesso a cuidados de qualidade são problemas comuns que perpetuam disparidades no atendimento à saúde mental entre diferentes grupos raciais. Embora existam



algumas iniciativas locais e regionais que visam combater esses problemas, a troca de experiências e a cooperação internacional são essenciais para ampliar o impacto dessas ações e promover uma abordagem mais sistemática e integrada.

Segundo informações de reuniões realizadas entre o Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DESMAD/SAES) e a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) para a organização da Oficina Internacional: Política de Saúde Mental Antirracista, alguns países apresentam práticas e políticas que podem ser compreendidas como exemplos promissores no combate ao racismo enquanto constituinte das ações de promoção da saúde mental.

Na Argentina, por exemplo, o debate sobre os impactos do racismo na saúde mental e a implementação da Lei de Saúde Mental como uma experiência promissora se destacam. O objetivo central é discutir os desafios e oportunidades para promover a saúde mental e combater o racismo no país, com especial atenção à aplicação da referida lei. Os resultados incluem uma ampliação da compreensão sobre os impactos do racismo na saúde mental e um maior engajamento da comunidade negra na defesa da saúde mental.

O México tem avançado na integração de princípios antirracistas nas políticas públicas de saúde mental, com a aprovação da Lei Geral para Prevenir e Eliminar a Discriminação em 2019 e o desenvolvimento do Plano Nacional de Atenção à Saúde Mental e Psiquiátrica em 2020, que inclui um capítulo dedicado à saúde mental da população afro-mexicana. Essas medidas demonstram o compromisso do governo mexicano em abordar a discriminação racial e promover a igualdade racial na saúde mental.

A Colômbia também tem se esforçado para abordar questões antirracistas nas políticas públicas de saúde mental, com a adoção de leis que promovem a igualdade racial e o respeito à diversidade cultural. No entanto, a pesquisa em fontes oficiais ainda é limitada e requer uma análise mais abrangente de outras fontes, como relatórios de organizações não governamentais e pesquisas acadêmicas.

No Canadá, a iniciativa "Promoção da Equidade em Saúde: Saúde Mental da População Negra Canadense" destaca-se como um exemplo significativo. Seu objetivo principal é apoiar programas e iniciativas adaptadas culturalmente, visando promover a saúde mental e enfrentar o racismo na comunidade negra do país. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o financiamento de projetos que adaptam programas existentes de promoção da saúde mental para torná-los mais adequados à cultura negra, além de desenvolver e implementar novos programas culturalmente



focados. Os resultados dessa iniciativa incluem um aumento no acesso a serviços de saúde mental culturalmente adequados e uma maior conscientização sobre os problemas de saúde mental na comunidade negra, contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões raciais no sistema de saúde do Canadá.

No Brasil, o relatório técnico "O processo de cuidar em saúde mental da criança/adolescente negro usuário de CAPSIJ" destaca a importância de compreender a atenção dispensada a crianças e adolescentes negros nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ). A pesquisa visou identificar o itinerário terapêutico e o sofrimento mental desses jovens e suas cuidadoras, propondo reformulações na política pública de saúde mental com foco na inclusão racial.

No âmbito das práticas, vem ganhando destaque nacional a experiência denominada de Kilombrasa, um forum multidisciplinar formado por profissionais de diversas áreas, como saúde, educação e assistência social, que se reúne mensalmente desde o início da pandemia. Localizado na Brasilândia, bairro da zona norte de São Paulo, o Kilombrasa busca fortalecer a comunidade e lutar por causas coletivas, inspirado no conceito de quilombamento, que representa a união de pessoas em busca de liberdade e justiça. Liderado pela enfermeira Estefania Ventura, que atua na região há décadas, o Kilombrasa conecta a luta antimanicomial ao movimento negro, reconhecendo a importância do quilombamento para a saúde mental e a inclusão racial. O coletivo aborda questões como a saúde da população negra e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis à realidade racial.

Nesta Oficina Internacional sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista, entre os países citados, compartilharam as suas experiências e estratégias no combate ao racismo e na promoção da saúde mental o México e o Canadá, que trouxeram contribuições valiosas. O México, com seus avanços na integração de princípios antirracistas nas políticas públicas de saúde mental, e o Canadá, com sua iniciativa "Promoção da Equidade em Saúde: Saúde Mental da População Negra Canadense", enriqueceram significativamente as discussões e os resultados da oficina.

Importante destacar que a Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista foi organizada com o objetivo específico de abordar estratégias antirracistas na promoção da saúde mental, considerando o combate ao racismo estrutural e institucionalizado que afeta populações negras. Nesse sentido, o evento não abrangeu as questões sobre racismo relacionadas aos povos indígenas pelo entendimento de que, por suas realidades e demandas específicas, demandam um espaço de discussão próprio. A exclusividade deste foco permitiu uma



análise mais aprofundada e direcionada às políticas públicas voltadas para as discussões sobre estratégias antirracistas na política de saúde mental, álcool e outras drogas, considerando o enfrentamento ao racismo e estratégias de promoção de equidade racial e da saúde mental de pessoas negras.

Esse relatório final apresenta uma síntese das atividades realizadas durante a Oficina Internacional sobre a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista, destacando os principais resultados, recomendações e encaminhamentos decorrentes dos eventos.





### 3. Metodologia da Oficina Internacional

Com 141 (cento e quarenta e uma) inscrições, o perfil dos participantes da Oficina Internacional sobre Política de Saúde Mental Antirracista foi diversificado, incluindo gestores de saúde mental dos Estados e das capitais brasileiras, pesquisadores e representantes de movimentos sociais. Esses participantes são profundamente envolvidos com as questões raciais e saúde mental, trazendo uma riqueza de perspectivas e experiências práticas. Gestores de diversas instâncias governamentais e instituições de saúde contribuíram com sua visão estratégica, enquanto pesquisadores ofereceram insights baseados em estudos e evidências científicas. Representantes de movimentos sociais trouxeram a voz das comunidades afetadas, garantindo que as discussões fossem inclusivas e refletissem as necessidades e desafios enfrentados por aqueles diretamente impactados pelo racismo e pelas questões de saúde mental.

Com base na lista fornecida pelas inscrições realizadas online, os participantes foram identificados como representantes de órgãos públicos responsáveis pela gestão e administração de políticas e serviços de saúde mental, instituições de ensino superior, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. A seguir, apresentamos a lista das instituições presentes:

1. **Ministério da Saúde** – contemplando Departamentos e Coordenações afetas ao tema do antirracismo
2. **Secretarias Estaduais de Saúde (Coordenações Estaduais de Saúde Mental)**
  - Secretaria Estadual de Saúde - Acre
  - Secretaria Estadual de Saúde - Alagoas
  - Secretaria Estadual de Saúde - Amazonas
  - Secretaria Estadual de Saúde - Bahia
  - Secretaria Estadual de Saúde - Ceará
  - Secretaria Estadual de Saúde - Distrito Federal
  - Secretaria Estadual de Saúde - Espírito Santo
  - Secretaria Estadual de Saúde - Goiás
  - Secretaria Estadual de Saúde - Maranhão
  - Secretaria Estadual de Saúde - Mato Grosso
  - Secretaria Estadual de Saúde - Minas Gerais



- Secretaria Estadual de Saúde - Pará
- Secretaria Estadual de Saúde - Paraíba
- Secretaria Estadual de Saúde - Paraná
- Secretaria Estadual de Saúde - Pernambuco
- Secretaria Estadual de Saúde - Piauí
- Secretaria Estadual de Saúde - Rio de Janeiro
- Secretaria Estadual de Saúde - Rio Grande do Norte
- Secretaria Estadual de Saúde - Rondônia
- Secretaria Estadual de Saúde - Roraima
- Secretaria Estadual de Saúde - Santa Catarina
- Secretaria Estadual de Saúde - São Paulo
- Secretaria Estadual de Saúde - Sergipe
- Secretaria Estadual de Saúde - Tocantins

### **3. Secretarias Municipais de Saúde (Coordenações de Saúde Mental das Capitais)**

- Secretaria Municipal de Saúde - Belém
- Secretaria Municipal de Saúde - Curitiba
- Secretaria Municipal de Saúde - Macapá
- Secretaria Municipal de Saúde - Maceió
- Secretaria Municipal de Saúde - Natal
- Secretaria Municipal de Saúde - Recife
- Secretaria Municipal de Saúde - Rio de Janeiro
- Secretaria Municipal de Saúde - Salvador
- Secretaria Municipal de Saúde - São Luís
- Secretaria Municipal de Saúde - São Paulo

### **4. Universidades e Instituições acadêmicas**

- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP)
- Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

#### 5. Organismos Internacionais

- UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS)
- OPAS/OMS (Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde)
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados)

#### 6. Outros Ministérios e Órgãos partícipes

- Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério da Igualdade Racial
- Ministério da Cultura
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo

#### 7. Conselhos e Associações

- CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde)
- CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde)
- Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP-01)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP)

#### 8. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

#### 9. Sociedade Civil Organizada:

- Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA)
- Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)
- Desinstitute
- Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
- Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)



- Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica (FASM)
- Movimento Nacional Político Social de Usuários dos Serviços de Saúde Mental Antimanicomial (MONULA)
- Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA)
- Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME)
- AMMA Psique e Negritude - Centro de Formação, Pesquisa e Referência em Relações Raciais
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)

Dado o perfil diversificado dos participantes, foi necessária a adoção de uma metodologia dinâmica. Esta metodologia compreendia não apenas exposições em mesas temáticas, mas também momentos de debates pós-mesa, nos quais os participantes podiam aprofundar as discussões iniciadas nas apresentações. A continuidade dessas discussões ocorreu em oficinas de trabalho, que ofereciam um espaço prático para o desenvolvimento de ações concretas e estratégias antirracistas aplicáveis à política de saúde mental, álcool e outras drogas. Esse formato assegurou uma compreensão integrada dos desafios e facilitou a troca de experiências, fortalecendo a cooperação e o aprendizado mútuo entre os diferentes atores envolvidos.

A Oficina Internacional Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista foi estruturada em quatro eixos principais com a expectativa de abordar, em cada eixo, as seguintes questões:

#### **Eixo 1: Dados/Sistemas de Informação**

- Questões relacionadas à coleta, análise e interpretação de dados sobre saúde mental, álcool e outras drogas com uma perspectiva antirracista. Previu-se a discussão de temas como a disponibilidade de dados desagregados por raça/etnia, a qualidade e confiabilidade dos dados existentes, lacunas na coleta de informações e métodos para aprimorar a coleta de dados sensíveis ao contexto racial.

#### **Eixo 2: Práticas em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracistas:**

- Foco em práticas e intervenções na área da saúde mental, álcool e outras drogas que promovam a equidade racial e combatam o racismo estrutural. Previu-se que nesse eixo fossem exploradas experiências bem-sucedidas de intervenções antirracistas em diferentes contextos, incluindo estratégias de promoção da saúde mental em



comunidades racializadas, abordagens de tratamento culturalmente sensíveis e programas de prevenção do uso prejudicial de álcool e outras drogas que considerem as especificidades raciais.

### **Eixo 3: Legislação:**

- Questões legislativas relacionadas à saúde mental, álcool e outras drogas, com foco na promoção da equidade racial e no combate ao racismo estrutural. Previu-se que fossem examinadas as leis existentes que impactam diretamente essas áreas, bem como propostas legislativas que visam garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde mental e prevenir a discriminação racial. Ainda, as questões desse eixo objetivavam a discussão de temas como a implementação de leis anti discriminatórias, políticas de inclusão e proteção dos direitos das comunidades racializadas, e estratégias para fortalecer a legislação existente com uma abordagem antirracista.

### **Eixo 4: Práticas em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas**

- Questões estruturais acerca da política pública de saúde mental, álcool e outras drogas, com ênfase na perspectiva antirracista. Previu-se nesse eixo a discussão sobre as políticas públicas nacional e internacionais governamentais existentes e as propostas de políticas que visam promover a equidade racial, combater o racismo estrutural e garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde mental em mudanças estruturais. Ainda, a discussão sobre temas como a formulação e implementação de políticas de saúde mental culturalmente sensíveis, estratégias para integrar a perspectiva racial em amplas e estruturantes estratégias de ampliação de cuidado e de cidadania, e a importância da participação social das comunidades racializadas na elaboração de políticas públicas.

A partir desses quatro eixos foi estruturada a programação e a metodologia da Oficina Internacional sobre a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista. Esses eixos guiaram a organização do evento, garantindo que todas as discussões e atividades estivessem alinhadas com os objetivos centrais da iniciativa.

Após a mesa de abertura no dia 20 de maio de 2024, nos dias 20 de e 21 de maio de 2024 ocorreram as mesas temáticas no período da manhã, configuradas da seguinte maneira:

- 20 de maio, das 10h às 12h30, mesa temática "Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Políticas Públicas". Esta mesa temática contou com a participação de representantes dos Ministérios da Saúde do México e do Brasil, sob a coordenação de Neli de Almeida e com a debatedora Rachel Gouveia. Durante essa sessão, foram



apresentadas e discutidas experiências e políticas públicas relacionadas à promoção da equidade racial e a implementação de estratégias antirracistas no contexto da saúde mental, álcool e outras drogas. O foco principal foi a troca de experiências entre México e Brasil, destacando tanto as iniciativas bem-sucedidas quanto os desafios enfrentados pelos dois países.

- 21 de maio, das 9h às 12h, mesa temática "Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Práticas nos territórios", coordenada por Cláudia Braga e com a debatedora Jeane Tavares. Nesta mesa temática foram abordadas e discutidas experiências práticas de tomada de ações antirracistas em diferentes contextos. As discussões apresentaram estratégias de promoção da saúde mental em comunidades racializadas, com ênfase nas práticas realizadas no Brasil e no Canadá, destacando o impacto positivo dessas ações nas respectivas regiões.

Essas mesas temáticas proporcionaram um espaço valioso para a troca de conhecimentos e práticas entre os países participantes, com destaque para as experiências do México, do Canadá e do Kilombrasa, que enriqueceram os debates com suas contribuições significativas no combate ao racismo e na promoção da saúde mental.

No período da tarde dos dois dias de Oficina Internacional sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista ocorreram as oficinas de trabalho e de recomendações, nas quais os eixos temáticos foram abordados de forma agrupada, diferentemente do previsto inicialmente. Essas oficinas proporcionaram um espaço mais interativo e prático, permitindo uma discussão aprofundada e colaborativa entre os participantes.

- Primeira e segunda oficinas de trabalho e de recomendações: Sistemas de Informação e Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista
- Facilitadores: Débora Augusto Franco e Diana Anunciação Santos

Nestas oficinas de trabalho e de recomendações, foram tratados os Eixos 1 (Dados/Sistemas de Informação) e 4 (Políticas Públicas), abordando questões relacionadas à coleta, análise e interpretação de dados sobre saúde mental, álcool e outras drogas com uma perspectiva antirracista, bem como as políticas públicas relacionadas a esses temas, com ênfase na perspectiva antirracista.

- Terceira e quarta oficinas de trabalho e de recomendações: Legislação e Práticas de Saúde Mental Antirracista



- Facilitadores: Tadeu de Paula e Luciane Régio Martins

Nestas oficinas de trabalho e de recomendações foram tratados os Eixos 2 (Práticas) e 3 (Legislação). Foram analisadas questões legislativas relacionadas à saúde mental, álcool e outras drogas, com foco na promoção da equidade racial e no combate ao racismo estrutural. Também foram discutidas práticas da saúde mental, álcool e outras drogas que promovam a equidade racial e combatam o racismo estrutural.

Essas oficinas de trabalho e de recomendações foram essenciais para propor ações antirracistas para a política de saúde mental, álcool e outras drogas. Elas transformaram o conhecimento teórico em ações práticas, permitindo aos participantes desenvolver habilidades e estratégias aplicáveis em seus contextos específicos. A abordagem agrupada dos eixos temáticos facilitou uma compreensão integrada e letramento racial suficiente para pensar os desafios e soluções, promovendo uma rica troca de experiências e fortalecendo a cooperação entre os diferentes atores envolvidos.



## 4. Informações sobre a Mesa de Abertura e Mesas

### Temáticas

#### 4.1. Relato da Mesa de Abertura da Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista

- Data: 20 de maio de 2024 (segunda-feira).
- Horário: 09h.
- Local: Auditório OPAS/OMS, Setor de Embaixadas Norte, Lote 19, Asa Norte, Brasília/DF.



#### Composição da Mesa:

- Nísia Trindade Lima - Ministra de Estado da Saúde;
- Erika Kokay - Deputada Federal e membro da Frente Parlamentar em Defesa da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica;
- Socorro Gross - Representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil;
- Adriano Massuda - Secretário de Atenção Especializada à Saúde/SAES;





- Sônia Barros - Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/SAES;
- Claudia De Angelo Barbosa - Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;
- Luís Eduardo Batista - Chefe da Assessoria para Equidade Racial em Saúde/GM;
- João Pedro Santos da Silva - Representante do Conselho Nacional de Saúde.

### Fala de Boas-Vindas:

- A abertura da Oficina Internacional foi conduzida pela **Sônia Barros**, Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/SAES. Ela deu as boas-vindas aos participantes, ressaltando a importância da temática antirracista nas políticas de saúde mental e destacando a relevância da colaboração internacional para o enfrentamento das desigualdades e discriminações no acesso e na qualidade dos serviços de saúde.



### Pronunciamento da Ministra:

Devido a compromissos urgentes, a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, antecipou seu pronunciamento logo após a fala de abertura de Sônia Barros. Nísia Trindade Lima destacou os esforços do governo brasileiro em promover políticas de saúde mental que sejam



inclusivas e sensíveis às questões raciais. Ela mencionou que a saúde é um direito universal e que o governo está comprometido em garantir que todos tenham acesso a cuidados de qualidade, sem discriminação.

A Ministra enfatizou a importância de eventos como a oficina para fomentar o diálogo e a troca de experiências entre países e profissionais, visando à construção de políticas mais justas e eficazes. Ela ressaltou que a promoção da equidade racial é fundamental para assegurar a todos o direito à saúde integral e que a construção de uma política pública que respeite a diversidade e combata o racismo estrutural é uma prioridade do governo.

**Nísia Trindade Lima** finalizou seu pronunciamento reafirmando o compromisso do Ministério da Saúde com a promoção da saúde mental e a implementação de políticas que reconheçam e respeitem as especificidades de cada grupo social, garantindo o acesso equitativo a todos os cidadãos.





## Falas de Abertura:

- **João Pedro Santos da Silva**, representante do Conselho Nacional de Saúde, trouxe uma perspectiva importante para a discussão, destacando a necessidade de um diálogo contínuo e participativo entre a sociedade civil e os gestores de saúde. Ele enfatizou que a construção de uma política de saúde mental antirracista exige o envolvimento ativo de todas as partes interessadas, incluindo os usuários dos serviços de saúde, seus familiares e os profissionais da área.
- Em seguida, **Socorro Gross**, representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil, abordou a perspectiva internacional da saúde mental antirracista. Ela destacou que a saúde mental é um direito humano fundamental e reforçou o compromisso da OPAS/OMS em apoiar os países na criação de políticas que garantam o acesso universal e equitativo a cuidados de saúde mental, especialmente para populações vulneráveis e historicamente marginalizadas.
- **Claudia de Angelo Barbosa**, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, sublinhou a importância de alinhar as políticas de saúde mental com os compromissos internacionais do Brasil em direitos humanos. Ela destacou que a luta contra o racismo e a promoção da saúde mental são questões que devem ser tratadas de forma integrada e global. Claudia ressaltou a necessidade de colaboração internacional para trocar boas práticas e promover uma abordagem de saúde mental que seja inclusiva e respeitosa das diferenças culturais e raciais. Ela concluiu enfatizando que a diplomacia brasileira está comprometida em apoiar políticas que promovam a equidade e os direitos humanos em todas as esferas, incluindo a saúde mental.
- **Luís Eduardo Batista**, Assessor para Equidade Racial em Saúde do Ministério da Saúde, reforçou a importância de uma política de saúde mental que seja sensível às desigualdades raciais e culturais presentes no Brasil. Ele destacou que o racismo impacta diretamente a saúde mental das populações negras e que é essencial integrar a equidade racial nas estratégias de saúde mental. Luís Eduardo enfatizou que a inclusão de perspectivas diversas é crucial para a construção de políticas que realmente atendam às necessidades de todos os cidadãos, promovendo um ambiente de cuidado que reconheça e valorize a diversidade racial.
- A **Deputada Federal Erika Kokay**, da Frente Parlamentar em Defesa da Luta



Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, fez um discurso enfático sobre a necessidade de uma reforma psiquiátrica que respeite os direitos humanos e combata a estigmatização das pessoas com transtornos mentais. Ela ressaltou a importância de um sistema de saúde que valorize a diversidade e a inclusão, e que trabalhe ativamente contra todas as formas de discriminação, incluindo o racismo.

- **Adriano Massuda**, Secretário de Atenção Especializada à Saúde/SAES, deu início às falas de abertura enfatizando a urgência de uma política de saúde mental que reconheça e combata o racismo estrutural. Ele salientou que a promoção da equidade racial é fundamental para assegurar a todos o direito à saúde integral e destacou os esforços do Ministério da Saúde para implementar práticas inclusivas e justas em todo o sistema de saúde.



A mesa de abertura da Oficina Internacional marcou o ponto de partida para uma série de debates e reflexões sobre a importância de uma política de saúde mental, álcool e outras drogas antirracista. A ilustre presença da Ministra da Saúde, do Secretário de Atenção Especializada à Saúde e a participação de autoridades de diversas áreas e a presença de representantes de organizações internacionais sublinharam a relevância do evento e o compromisso das instituições envolvidas em promover a equidade e a justiça social na área da saúde.



A Oficina se propõe a ser um espaço de construção coletiva de saberes e práticas, visando a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, independentemente de sua raça ou condição social. Este compromisso com a inclusão e a equidade é fundamental para a promoção de uma saúde pública que verdadeiramente atenda às necessidades de todos os cidadãos.

A mesa contou com a presença de importantes lideranças políticas e representantes de organizações que atuam na defesa dos direitos humanos e na saúde pública. A transmissão online do evento ampliou o alcance das discussões, permitindo a participação de pessoas de diferentes regiões e contextos, o que é crucial para enriquecer o debate e assegurar que as vozes de diversas comunidades sejam ouvidas e consideradas.

Ao longo dos dias 20 e 21/05, a Oficina Internacional continuou com mesas temáticas e grupos de trabalho que abordaram diversas dimensões da saúde mental antirracista. Estas atividades visaram aprofundar o entendimento dos desafios e das práticas, promovendo um diálogo contínuo e a troca de experiências que influenciarão a formulação de políticas antirracistas.





#### 4.2. Relato das Mesas Temáticas:

Visando a democratização da informação e ampliação das discussões, as duas mesas temáticas foram gravadas e estão disponíveis para visualização no sítio do DATASUS no YouTube por meio dos endereços eletrônicos:

Mesa do dia 20/05 - Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Políticas Públicas. Horário: 10:00 às 12:30.

Dia 20 de maio de 2024 – <https://www.youtube.com/watch?v=4btHi7NqxxU&t=2361s>.





Mesa do dia 21/05 - Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Práticas nos territórios. Horário: 09:00 às 12:00.

Dia 21 de maio de 2024 – <https://www.youtube.com/watch?v=YS0-FMedbr0&t=4831s>.



## 5. Relatos apresentandos pelos Grupos de Trabalho

---

Para ampliar as oportunidades de participação no debate, promover trocas e explorar melhor ideias e propostas de diretrizes e recomendações para uma política de saúde mental, álcool e outras drogas antirracista, os participantes da Oficina Internacional sobre Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista trabalharam em dois grupos de aproximadamente 50 pessoas cada, denominados grupo I e grupo II, com o objetivo de avançar, paralelamente, nos mesmos quatro temas tratados nas oficinas de trabalho e de recomendações durante os dois dias do evento.

No primeiro dia, 20 de maio de 2024, os grupos I e II se concentraram nas primeira e segunda oficinas de trabalho, abordando os Eixos 1 e 2, que focavam em Dados/ Sistemas de Informação e Políticas Públicas. No segundo dia, 21 de maio de 2024, os mesmos grupos dedicaram-se às oficinas de trabalho e de recomendações nos Eixos 3 e 4, que trataram de Legislação e Práticas.

Cada um dos grupos contou com um facilitador para garantir a boa realização das oficinas de debates e recomendações. Os facilitadores desempenharam um papel essencial na Oficina Internacional sobre Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista, sendo responsáveis por orientar, apoiar e liderar as atividades planejadas de debate e relatoria nos grupos.

Cada grupo elegeu um relator que foi responsável por escutar, organizar e sintetizar as informações discutidas e geradas durante as atividades. Suas funções garantiram que os resultados e insights do evento fossem documentados de forma clara e acessível. Para a definição do relator, antes do início dos trabalhos dos grupos de debate, os participantes indicaram e selecionaram, por meio de votação simbólica, o relator que colaborou para a condução das discussões. As relatorias dos dois grupos, tanto no primeiro quanto no segundo dia da Oficina, consolidaram as propostas que foram apresentadas na sequência para todos os participantes do evento.

Aqui, buscando apresentar com fidelidade o resultado dos debates realizados nas oficinas de trabalho e de recomendações, são reproduzidas as propostas apresentadas pelos grupos I e II na Oficina Internacional sobre Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista.





## 20 de maio – Oficinas de debates e recomendações

### Eixos 1 e 2: Dados/Sistemas de Informação e Políticas Públicas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas

- 14h00 às 16h00 – Primeira e segunda oficinas de debates e recomendações discutem os eixos 1 e 2 simultaneamente.
- 16h00 às 17:00 – Discussão coletiva das oficinas de debates e recomendações.



Facilitador da primeira oficina: Débora Augusto Franco.

Relator da primeira oficina: Otto Leone Corrêa

Facilitador da segunda oficina: Diana Anunciação Santos.

Relator da segunda oficina: Juliana Azevedo Fernandes

## PROPOSTAS DAS RELATORIAS DAS OFICINAS DE DEBATES E RECOMENDAÇÕES

### 1 E 2:

- Formação permanente de profissionais da Rede de Atenção Psicossocial numa perspectiva antirracista, e também de outros dispositivos que acolham pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, como as Organizações não Governamentais;
- Fim do financiamento das Comunidades Terapêuticas por todas as instâncias governamentais;



- Institucionalização dos grupos de apoio e mútua ajuda;
- Antirracismo como diretriz da Política Nacional de Saúde Mental e não como um recorte;
- Coleta de dados do quesito raça/cor com pessoas que fazem parte daquela comunidade/daquele território, coleta de dados entre pares;
- Ampliação do número de trabalhadoras/es negros e indígenas dentro do Sistema Único de Saúde, com garantias trabalhistas;
- Fortalecimento e incentivo à saúde e qualidade de vida de trabalhadoras/es de saúde mental como parte do fomento à presença de pessoas negras e indígenas no Sistema Único de Saúde;
- Implantar Comitês Técnicos ou Grupos de Trabalho dentro dos serviços da RAPS com o objetivo de enfrentamento do racismo institucional;
- Garantir o acesso das Pessoas que vivem em Situação de Rua ao cuidado em saúde mental, qualificando os profissionais de saúde para um atendimento adequado às necessidades deste grupo populacional;
- Discutir estratégias de redução de danos como uma ética do cuidado e, nessa perspectiva, orientar as práticas clínico-institucionais junto aos usuários da RAPS que fazem uso prejudicial de Álcool e outras Drogas, de forma a garantir práticas antirracistas;
- Combater o racismo estrutural numa perspectiva crítica também de combate ao capitalismo financeiro e neoliberal, que precariza as relações de trabalho e que amplia a desigualdade racial e a exploração de corpos racializados. O capitalismo neoliberal transversaliza as políticas e produz relações de força e de poder que interferem negativamente nas lutas antirracistas, inclusive no campo da saúde mental;
- Considerar que a coleta de dados não está deslocada de um processo clínico-político, portanto, pode ser pensado como um processo de trabalho junto aos equipamentos de saúde mental no território, no processo de trabalho dos CAPS, nas políticas de redução de danos, no trabalho com grupos, entre outros;
- Promover a formação de facilitadores de ajuda mútua com os usuários de saúde mental e suas respectivas famílias, com o objetivo de geração de renda;
- Fortalecimento de grupos de geração de renda como parte do processo de cuidado da população negra;
- Promover ação conjunta com o Ministério da Educação e com o quadro do Legislativo, com o objetivo de pensar políticas de formação para educação para as relações étnico-raciais nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial, para os cursos da área de saúde, tomando como referência as leis 10.639/2003 e 11645/2008, e incluindo a Saúde Mental da População Negra. Garantir que os cursos de Pós-Graduação, na modalidade Residências Multiprofissionais em Saúde e/ou Atenção Psicossocial, também tenham o mesmo desenho político-pedagógico.
- Fortalecimento dos Conselhos Comunitários para a promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo institucional.



## 21 de maio – Oficinas de debates e recomendações - Eixos 3 e 4: Legislação e Práticas em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas

- 13h30 às 16h00 – Terceira e quarta oficinas de debates e recomendações discutem os Eixos 3 e 4 simultaneamente.
- 16h00 às 17h00 – Discussão coletiva das oficinas de debates e recomendações e fechamento da Relatoria.



Facilitador da terceira oficina: Tadeu de Paula.

Relator da terceira oficina: Matheus da Silva Sousa

Facilitador da quarta oficina: Luciane Régio Martins.

Relator da quarta oficina: Daniel Adolpho Daltin Assis

### PROPOSTAS DAS RELATORIAS DAS OFICINAS 3 E 4:

- Experiência da portaria 940/2011 do Ministério da Saúde, que regulariza o **Sistema do Cartão Nacional de Saúde**. Comentários sobre experiências de vivência em situação de rua, não amparo por programas de Assistência Social e sofrimento de violência policial. Questionamento sobre como é possível que essas políticas cheguem na porta, no atendimento aos usuários?
- **Experiência no México:** Fizeram reformas fortes da política de tabaco, forças de um mesmo governo para poder fazer uma reforma na lei geral de tabaco. Eram maiorias, mas tinham pessoas contra as reformas, que eram financiadas pela indústria de tabacaria. Trabalho com a secretaria de Saúde Mental e com a organizações da sociedade civil. Alianças com a sociedade civil, começaram uma batalha para fazer alianças dentro do governo. Dentro de



um governo de esquerda. Força de defesa do regramento, campanhas e programas sobre o que implica a lei, e a sociedade civil falando sobre as situações que ocorriam dentro do poder. Trabalho em conjunto com executivo e com a sociedade civil, grandes avanços, havia muitos temas, mas o prioritário foi a política de tabaco, que também foram tomadas como exemplo.

- Experiência bem-sucedida de **advocacia popular no CAPS Itapeva**, não era algo que tinha advogado, no CAPS Itapeva tinha, mas nesse escritório reivindicavam-se benefícios e outras demandas e organizava e foi uma proposta surgida da faculdade de saúde pública de São Paulo, tinha-se um plantão, as pessoas colocavam suas demandas e transformadas em petições e elas tinham os encaminhamentos para se tornarem viáveis.
- Relatos sobre sofrimento de **violências obstétricas por mulheres negras usuárias de drogas**. Como é voltado o cuidado para pessoas que sofrem com esse impacto da violência das forças de segurança pública dentro das periferias, sofrimento das mães negras em chacinhas dentro da favela como por exemplo a do Jacarezinho (RJ), como que nós cuidamos da saúde mental dessas pessoas, como vamos falar para elas que aquilo não vai acontecer novamente?
- Relatos sobre **sofrimentos de mães em luto por perda de parentes por forças de segurança pública**. Como pensar formas de **tratamento das mães negras usuárias de drogas**. O que não é feito, é preciso ter um olhar também para maternidade, como que é olhado para pessoas usuárias de drogas, como que as principais formas de repassar Redução de Danos e influenciar pessoas e cuidados com comunicação e escuta. Precisa-se levar em consideração também pessoas usuárias de drogas trans, a inserção de pessoas trans nesses espaços, principalmente sobre saúde mental de pessoas trans preta.
- **Experiência de oficina de capoeira nos CAPS**. Havia um mestre de capoeira, usuário CAPS, pessoa de muita energia, capoeira funciona como processo de saúde para ele, e foi incentivado que ele fizesse grupo de capoeira no serviço e isso fazia parte de PTS do paciente. Uma das coisas foi que foi levado a capoeira para fora do CAPS, e na frente, o espaço foi realizado. Pessoas ao redor começaram a aparecer para fazer a atividade de capoeira. Ocorreu durante as semanas, trabalho funcionou. Houve registro de fotos da oficina. Ênfase no fazer prático do papel ocupacional para as pessoas, como produzir significado para as pessoas antes do pensar em fazer, é o que falta, colocar coisas em prática.
- **Relatos de experiências de planos de atendimentos e acesso a políticas públicas para imigrantes**, precisa-se-se pensar em práticas antirracistas e combates e estereótipos. Nas repúblicas, em São Paulo, os nigerianos são vistos como traficante, questão da drogadição, prevalência em processo que fica invisibilizado e lida com diversos aspectos com perda de vínculos e outras questões. Populações migrantes encarcerada. Estratégias já tem sido desenvolvida para atendimentos em saúde mental incentivos a participação comunitárias como agentes comunitários de saúde. Outro ponto é pensar linhas de cuidado e estratégias para pessoas deslocadas, linhas de cuidado para pessoas em deslocamento e vítimas. Estratégia antirracista para vítimas de deslocamento de desastre naturais.
- **Experiência na Bahia tem o guia de direitos humanos**, em que os usuários iam de CAPS em CAPS, guias antirracistas de direitos humanos com envolvimento de usuários e veem pessoas implicadas e ver pessoas articuladas é potente. Voltar questão da educação permanente dentro das perspectivas antirracistas. Sensível a questão intersecções que trazem sofrimento social e sofrimento psíquico.
- Relato de experiência sobre **precarização do trabalho na saúde mental**, realidade atual do serviço em debate é a dimensão trabalhista dos trabalhadores do serviço, crescimento das



OS em vários territórios que implica em outro ator que implica em ator, precarização dos trabalhadores, trabalhadores assoberbados por uma produtividade, rotatividade de trabalhadores nos CAPS. Relação de trabalho extremamente precarizadas e violentas, dificuldades no âmbito da gestão que apontam para a gente desafio. Reescrever os princípios, não dá conta de um problema estrutural e estruturante, como vai ter referenciamento para enfrentar essa dimensão. Reforma da reforma, a gente está sempre remendando, para revitalizar CAPS precisamos revitalizar pessoas, CAPS é referência pro território, como ele vai ser territorial. A gente precisa retomar que estrutura de serviço nos temos e que condições de trabalhos. É isso que vai precisar ser mobilizado, Redução de Danos, tem tantos documentos do próprio Ministério da saúde que vão sendo esquecidos, tem o Guia AD (publicação do MS 2015) temos coisas escritas e sendo apagadas em nossa vida. Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde.

- Programa de Suporte de Pares da cidade do Rio de Janeiro.
- **Comitê técnico de saúde integral da população negra (Minas Gerais)** – Novembro/2022 – Aprovação da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Quilombola (Deliberação CIB – SUS/MG n. 3.991, de 09/11/2022). Prevê, trienalmente, a elaboração de Plano Operativo da Política, no qual devem estar descritas todas as ações demandadas e identificadas, com atores responsáveis dentro da estrutura da SES/MG. O Comitê conta com a participação da sociedade civil das mais diversas origens e de movimentos sociais.
- **Ó da Brasa:** produção de bonecas pretas, na Brasilândia (São Paulo)
- Primeiramente traçar objetivos com **metas claras e objetivos com determinados prazos** e em outro momento discutir propostas dentro desse prazo em outro encontro.
- Fazer **manual e carta de princípios em economia solidária**. Pensar a economia solidária como uma proposta alternativa para pacientes que não conseguem trabalhar e ao mesmo tempo não se encontra amparados por benefícios sociais.
- Incluir como matriz a **divisão sexual/racial/ do trabalho dentro da economia solidária**, pensar a **paridade de gênero nos serviços**. Propostas legislativas e normativas para promover isso. Pensar materialmente um espaço organizativo dentro do CAPS, comitês de acolhimento denúncias, articulação como movimentos nos territórios, fomento e articulação dos serviços. Auxílio a processos de desinstitucionalização. Pensar comitê que materialize que demanda legislação/normativa. Como normalizamos isso a partir dos CAPS.
- **Protocolos para recepcionar múltiplas denúncias nos Serviços de Saúde Mental**, articulado com os comitês de população municipal. Comitê antirracista entendendo multiplicidade da população. Construção de normativa articulando a política nacional da população negra.
- **Transformar política de saúde integral como uma lei e deixar de ser portaria**. Leis são mais difíceis de derrubar. Pensar como a população descrita e demais consigam se ver em outras políticas, precisa-se ampliar essa cartilha para ampliar para questão de saúde mental.
- Aprofundar discussão sobre os motivos da **nacionalização do cartão do SUS**, situação de mulheres que não conseguem licenças para consultas porque não conseguem ser atendida, por causa de burocracia, pensar a nível municipal. Não se tem banco de dados municipal, pensar qualificar do sus e do atendimento da população negra.
- Elaborar **portaria ministerial** para estabelecimento da **estratégia de advocacy** que tenha essa função. Equipes mobilizadas para levar essa demanda de efetivação de direitos sociais.
- Proposta legislativa da perspectiva Antirracista sob a estratégia de Redução de Danos.



- **Diretriz para os municípios reconhecerem os fóruns municipais de participação social na saúde, a fazer parte da carga horarias dos trabalhadores.**
- Levantar evidências a partir de pesquisas e construir **edital com a CAPES**, sob a lógica de induzir e fomentar pesquisa práticas antirracistas, fortalecimento de programas de pós-graduação e pesquisas, pesquisadores.
- **Fomentar OPAS e outros organismos internacionais a adotarem perspectivas antirracistas** na lógica da saúde mental. Cooperação antirracista tem que estar presente nos termos de cooperação, perspectivas antirracistas incluídas. Proposta de **Criação de comitê, grupo de trabalho, com legitimidade de portaria para poder monitorar** isso.
- Elaborar **diretrizes de saúde mental para concepção das cidades.**
- Pensar em **comitê, comitês locais que abrangessem regiões e não apenas serviços**, espaços de coordenação estaduais e regionais.
- **Ministério da saúde precisa posicionar-se por meio de mecanismo normativo sobre a criminalização dos usuários.** Precisa construir o lugar do executivo. Proposta que permita aos CAPS entrar na discussão sobre uso e comércio de drogas por parte de seus usuários.
- Realizar notas informativas e esclarecimento, em portaria e nota técnica, sobre a **conceituação e diferença entre comunidade terapêutica, clínica especializada e serviços da Rede de Atenção Psicossocial.**
- Criar uma **comissão de debate do racismo na saúde mental.** Trabalhar questão de raça a partir de um demarcador do sujeito. Racismo determinante social de saúde, comitê que traga centralidade de racismo em saúde mental.
- Articulação política e incidência política: Precisa-se buscar parlamentares, fazer audiência públicas, fazer com que consigamos colocar na **Lei de Diretrizes Orçamentárias a construção de centros de convivência** voltados para receber esses usuários e os estados receberiam os usuários dos estados. Mas tem que ter prazo para atingir meta. O Ministério da Saúde precisa fazer este levantamento de fazer audiência pública, vamos sair daqui com o manual das práticas a serem lançadas dos temas debatidos aqui.
- **Reconhecer racismo ambiental e desigualdades sociais** e reconhecer que existe racismo ambiental nas cidades.
- Fórum: **construção de uma rede de experiência nacional antirracista**, cartografar experiências exitosas e conformar rede.
- Criar e incluir o procedimento **“ações de combate ao racismo” na RAAS** e outros instrumentos de registro em sistemas de informação, a exemplo do procedimento de ações de redução de danos.
- Reavaliar os **indicadores de saúde mental em âmbito nacional, à luz de ações de enfrentamento ao racismo**
- **Habilitação e acesso:**
  - Qualificar **modelo de distribuição dos serviços e acesso no território** e na perspectiva da regionalização. Rever critérios de habilitação de serviços da RAPS e repasse dos recursos a partir de critérios de acesso universal, territorial e populacional – ex. pop rua, pop. migrações internas, migrantes, apátridas e refugiadas/os, populações e comunidades tradicionais (ex. quilombolas).
  - Garantir o **acesso à demanda espontânea** mesmo que usuária/o não seja residente na área de cobertura do serviço, e mesmo que a unidade não disponha de recursos para atender às necessidades da/o usuária/o (Acolhimento responsável) (1).



- Qualificar estratégias de garantia do **direito ao transporte público** adequado (direito à mobilidade) para acesso aos serviços e outros recursos (sociais, culturais) da cidade (1).
- **Redefinir a lógica de habilitação e financiamento dos CAPS**, substituindo sua tipificação por critério populacional pela adoção de indicadores que privilegiem territórios com menores IDH (e maiores IVS), mais vulnerabilizados e por indicadores epidemiológicos, como maiores taxas de suicídio, uso prejudicial de substâncias, violências de gênero e raça/cor.
- **Financiar PICS** integradas às ações e políticas de atenção psicossocial (1).
- **Instalar pontos de memória da racialização da loucura associada desde o período escravagista à atualidade**, nos territórios (1)
- **Incluir ações antirracistas no plano de ação exigido nos pedidos de habilitação de serviços da RAPS** (1)
- **Qualificar o Programa Saúde na Escola (PSE)** para contemplar a promoção da equidade racial na centralidade das ações (1)
- **Garantir a programação e financiamento de Suporte de pares** com contratação de lideranças de usuárias/os e familiares para atuarem nos serviços da rede de saúde mental. Finalidade: promover grupos de ajuda mútua e atividade de suporte mútuo no território; acesso e acolhimento nos serviços; Visitas domiciliares; participação de reuniões de profissionais; horizontalização das relações e emersão de experiências de violência e racismo (1). Fomentar **processos de trabalho antirracistas nas eMulti** orientados por novas normas de organização em âmbito federal (1).
- Retomar **processos de fortalecimento político e institucional da estratégia de redução de danos** (1).
- **Replicar de Oficinas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracista em âmbito regional** no país (1).
- **Elaborar planejamento ascendente** da política de saúde mental, álcool e outras drogas antirracista, a partir de **fóruns locais intersetoriais e consequentes planos operativos**.
- **Planejar ações equivalentes para as populações indígenas** (ex. realidade dos povos da Amazônia).
- **Fomentar a atuação de usuárias/os formadas/os como promotoras/es de saúde**, e de profissionais de saúde, a partir de uma linha de base antirracista, no desenvolvimento de dispositivos de promoção de saúde e do cuidado.
- Editar novos projetos: **Percursos Formativos e Caminhos do Cuidado**.
- Lançar **editais**, no âmbito da Economia Solidária, de **Reabilitação Psicossocial e Protagonismo de Usuários e Familiares**, com ênfase em projetos e ações antirracistas.
- **Reavaliação dos PTI** dos serviços habilitados na perspectiva antirracista.



## 6. Consolidado das Propostas e Recomendações

Busca-se, aqui, apresentar de maneira sistematizada e sintetizada as recomendações apresentadas nas oficinas de debates e recomendações nos quatro eixos programados, ou seja, Dados/Sistemas de Informação, Políticas Públicas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracista, Legislação e Práticas em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas, desta Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista.

Tendo em vista a diversidade de recomendações apresentadas, para além das recomendações consolidadas nos quatro eixos previstos para os debates nas oficinas de debates e recomendações, optou-se por organizar em uma categoria intitulada de “Eixo 5: Outros Debates e Recomendações” as colocações, relatos de experiência e debates sem indicação expressa de recomendação, bem como as recomendações nas quais não se observou que o foco principal fosse uma perspectiva antirracista para os debates em saúde mental, álcool e outras drogas, que era o cerne da Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista; ainda assim, considerando que são debates e recomendações relevantes para a discussão e avanços na Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e que são resultado de discussões coletivas com atores do campo, estas recomendações constam nesta outra categoria.

No processo de sistematização e categorização em eixos, as recomendações apresentadas nas oficinas foram reorganizadas e refinadas com vistas a evitar duplicações e apresentar uma síntese de recomendações. A seguir, estão as recomendações categorizadas nos eixos de debates estabelecidos.

**Eixo 1 - Dados/Sistemas de Informação:** coleta, análise e interpretação de dados sobre saúde mental, álcool e outras drogas em uma perspectiva antirracista.

### 1. Coleta de Dados e Sistemas de Informação:

- Coleta de dados de raça/cor por pessoas da própria comunidade, incentivando a coleta de dados entre pares.
- Reavaliar os indicadores de saúde mental à luz das ações de enfrentamento ao racismo.
- Criar e incluir o procedimento “ações de combate ao racismo” nos sistemas de informação da RAAS e outros.





## 2. Processos e Integração de Dados:

- Considerar a coleta de dados como parte de um processo clínico-político em serviços de saúde mental.

**Eixo 2: Políticas Públicas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas:** mudanças estruturais promovidas por uma política de saúde mental, álcool e outras drogas que promovam a equidade racial e combatam o racismo estrutural.

## 3. Incidência nos diferentes níveis dos sistemas:

- Antirracismo como diretriz central na Política Nacional de Saúde Mental.
- Enfrentar o racismo estrutural em uma perspectiva crítica sobre as estruturas sociais.
- Incluir ações antirracistas nos planos de ação de serviços da RAPS e outros programas de saúde.
- Fomentar que organismos internacionais adotem a perspectiva antirracista em saúde mental em seus projetos de cooperação e projetos executados.
- Replicar de Oficinas de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracista em âmbito regional no país.
- Elaborar planejamento ascendente da política de saúde mental, álcool e outras drogas antirracista, a partir de fóruns locais intersetoriais e consequentes planos operativos.

## 4. Estruturação e Apoio:

- Implementar comitês antirracistas locais que abranjam e coordenem ações regionais, estaduais e locais.
- Fortalecimento dos conselhos comunitários para promover a igualdade racial e combater o racismo institucional.
- Implantar comitês técnicos ou grupos de trabalho dentro dos serviços da RAPS para enfrentar o racismo institucional.
- Estabelecer comissão que debata o racismo na saúde mental.

## 5. Financiamento e Sustentabilidade:

- Qualificar a distribuição de serviços e acesso ao território com critérios de vulnerabilidade racial e epidemiológica.
- Financiamento de práticas integrativas e complementares.

## 6. Formação, capacitação e pesquisa:

- Formação permanente e estrutural de profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em uma perspectiva antirracista.
- Promover ações conjuntas com o Ministério da Educação para implementar políticas de formação sobre relações étnico-raciais nas instituições de ensino



superior, incluindo em residências multiprofissionais, especialmente nos cursos da área da saúde.

- Propor edital para fomento de pesquisa sobre práticas antirracistas.

## 7. Recursos humanos para o Sistema Único de Saúde:

- Fortalecer a saúde e qualidade de vida de trabalhadores de saúde mental, incentivando a presença de pessoas negras e indígenas no SUS.
- Ampliar o número de trabalhadoras/es negros e indígenas dentro do Sistema Único de Saúde, com garantias trabalhistas.

**Eixo 3: Legislação:** legislações relacionadas à saúde mental, álcool e outras drogas, com foco na promoção da equidade racial e no combate ao racismo estrutural

## 8. Legislações e Diretrizes:

- Elaborar uma proposta legislativa com perspectiva antirracista sob a estratégia de redução de danos.
- Transformar a política de saúde integral da população negra em lei, em vez de mantê-la como portaria, para dificultar sua revogação.
- Reconhecer e combater o racismo ambiental nas cidades através de legislação específica.

## 9. Normativas e Regulamentações:

- Normatizar a inclusão de ações de combate ao racismo nos pedidos de habilitação de serviços da RAPS.

**Eixo 4: Práticas em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracistas:** ações no contexto dos territórios, da Rede de Atenção Psicossocial e programas das redes de saúde Estratégias de cuidado e de cidadania:

- Institucionalizar grupos de apoio e mútua ajuda para fortalecer a saúde mental de comunidades negras e indígenas. Promover a formação de facilitadores de ajuda mútua entre os usuários de saúde mental e suas famílias para geração de renda.
- Construir guia antirracista de direitos humanos em conjunto com pessoas usuárias de Centros de Atenção Psicossocial.
- Construir estratégia antirracista em situações de emergência em razão de desastres.

## 10. Incidência nas redes, serviços e territórios:

- Relatar e apoiar práticas antirracistas em atendimentos de saúde mental para imigrantes, considerando os desafios e estereótipos enfrentados.
- Implementar ações antirracistas nas escolas através do Programa Saúde na Escola (PSE), integrando a promoção da equidade racial.
- Fortalecer a estratégia de geração de trabalho e renda como parte do processo de cuidado da população negra.
- Construção de uma rede de experiência nacional antirracista.
- Instalar pontos de memória da racialização da loucura associada desde o período



- escravagista à atualidade, nos territórios.
- Qualificar o Programa Saúde na Escola (PSE) para contemplar a promoção da equidade racial na centralidade das ações.
- Fomentar processos de trabalho antirracistas nas eMulti orientados por novas normas de organização em âmbito federal.
- Reavaliação dos PTI dos serviços habilitados na perspectiva antirracista.

## **Eixo 5: Outro Deabates e Recomendações gerais.**

### *Eixo 5.1: Propostas e recomendações para a Gestão (Governo, Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde).*

#### **11. Fortalecimento institucional e capacitação:**

- Reforçar a capacitação contínua e a educação permanente dos profissionais de saúde mental para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.
- Promover a articulação entre o Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais e não-governamentais para fortalecer a implementação e a eficiência das políticas de saúde mental e assegurar os direitos das pessoas com problemas de saúde mental e com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.
- Promover oficina de enfrentamento do racismo étnico-racial vivenciado por povos indígenas.

#### **12. Gestão de recursos e serviços:**

- Revisar e redefinir a lógica de habilitação e financiamento dos serviços de saúde mental para garantir que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa e eficiente, atendendo às demandas regionais.
- Desenvolver planos estratégicos para otimizar a alocação de recursos financeiros e humanos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- Cessar financiamento de comunidades terapêuticas por todas as instâncias governamentais.
- Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores em saúde mental.
- Instituir fóruns municipais de participação social na saúde enquanto parte das ações dos trabalhadores da RAPS.

#### **13. Integração e cooperação:**

- Incentivar a cooperação intersetorial entre os serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública para criar uma abordagem integrada no atendimento de saúde mental.
- Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil para ampliar a oferta de serviços e a inclusão de práticas inovadoras no cuidado com a saúde mental.

#### **14. Monitoramento e avaliação:**

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação contínua dos serviços de saúde mental para garantir a qualidade e a eficácia dos cuidados oferecidos.



- Utilizar dados e evidências para ajustar políticas e práticas, garantindo que os serviços atendam às necessidades da população de forma mais eficaz.

***Eixo 5.2: Propostas e recomendações para os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e para redes de saúde e redes intersetoriais.***

**15. Melhoria da qualidade dos direitos nos serviços da RAPS:**

- Incentivar a inovação e a implementação de práticas baseadas em evidências nos serviços da RAPS para melhorar o atendimento aos usuários.
- Promover a integração entre os diferentes níveis de atenção da RAPS, garantindo que os usuários tenham acesso a uma rede de cuidados contínuos e coordenados.
- Melhorar a acessibilidade física e geográfica dos serviços da RAPS, garantindo que todos os usuários tenham fácil acesso aos cuidados necessários.
- Promover a inclusão de práticas que atendam às necessidades específicas de diferentes grupos, como adolescentes, idosos e pessoas com deficiências.
- Garantir o acesso das Pessoas que vivem em Situação de Rua ao cuidado em saúde mental.
- Discutir estratégias de redução de danos como uma ética do cuidado.
- Instituir experiências de advocacia popular em CAPS.
- Elaborar manual e carta de princípios em economia solidária.

**16. Capacitação de profissionais:**

- Investir em programas de capacitação e formação continuada para os profissionais da RAPS, com ênfase em práticas humanizadas e inclusivas.
- Implementar treinamentos regulares sobre novas abordagens terapêuticas e técnicas de intervenção para ampliar o repertório de práticas dos profissionais.

**17. Estratégias de cuidado e de cidadania:**

- Incentivar a criação de espaços de escuta e apoio mútuo dentro dos serviços da RAPS, para promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo, com a promoção de formação de facilitadores de ajuda mútua com usuários e suas famílias, com o objetivo de geração de renda.
- Promover a participação de usuários e familiares na gestão e avaliação dos serviços, assegurando que suas necessidades e expectativas sejam consideradas.

**18. Fortalecimento da processos de cuidado nas redes de saúde e intersectoriais:**

- Garantir a articulação e a cooperação entre os diferentes serviços da RAPS para oferecer uma rede de cuidados robusta e eficiente.
- Financiamento de práticas integrativas e complementares em saúde mental associadas a políticas de atenção psicossocial.
- Atentar-se às violências obstétricas por mulheres negras usuárias de drogas.
- Atentar-se para sofrimento de mães em luto por situações de violência perpetradas por forças de segurança pública.



### *Eixo 5.3: Propostas e recomendações gerais para a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.*

#### **19. Desenvolvimento de políticas inclusivas:**

- Elaborar políticas de saúde mental que considerem as particularidades das diferentes populações e regiões, garantindo uma abordagem mais personalizada e eficaz.
- Promover políticas de redução de danos que respeitem a autonomia e os direitos dos usuários, oferecendo suporte contínuo e não punitivo.

#### **20. Fortalecimento de serviços:**

- Incentivar a criação e o fortalecimento de serviços comunitários de saúde mental, promovendo a descentralização e a capilaridade da rede de cuidados.
- Desenvolver estratégias para integrar os serviços de saúde mental com outras iniciativas comunitárias, como educação e assistência social.

#### **21. Prevenção e Promoção de Saúde:**

- Investir em programas de prevenção e promoção da saúde mental, com foco na educação e no fortalecimento de fatores protetivos.
- Promover campanhas de conscientização sobre a importância da saúde mental e a necessidade de buscar ajuda, combatendo o estigma associado a transtornos mentais.

#### **22. Apoio a Iniciativas Inovadoras:**

- Apoiar iniciativas inovadoras que busquem novas abordagens para a prevenção e o tratamento de transtornos mentais e dependência de substâncias.
- Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas práticas terapêuticas e intervenções que possam ser integradas aos serviços de saúde mental.

#### **23. Integração com Outros Setores:**

- Promover a integração das políticas de saúde mental com outros setores, como educação, trabalho e segurança pública, para criar uma rede de apoio mais abrangente e eficaz.
- Desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil e setor privado para ampliar a oferta de serviços e recursos disponíveis para a saúde mental.

## 7. Considerações finais

---

A **Oficina Internacional: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Antirracista** representou um marco significativo na busca por uma abordagem mais justa e equitativa no campo da saúde. Durante os debates, foi possível identificar e discutir as disparidades raciais que afetam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas. O evento proporcionou uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre especialistas, gestores, profissionais de saúde e representantes da sociedade civil, promovendo uma compreensão mais profunda da interseção entre saúde mental e o antirracismo.

A partir das discussões nas mesas temáticas e nos grupos de trabalho das oficinas foram apresentadas propostas, delineando também um conjunto de recomendações que visam promover a equidade racial e combater o racismo estrutural nos serviços de saúde mental. A organização das propostas em eixos temáticos específicos permitiu uma abordagem estruturada e abrangente, facilitando a formulação de políticas públicas que sejam sensíveis às necessidades de saúde mental da população negra. Essas propostas servirão como um guia estratégico para orientar a elaboração e a implementação de ações concretas que visam transformar o sistema de saúde mental em um espaço mais justo e acessível. Também estão incluídos aqui outros debates e recomendações feitas, compreendendo a importância de propostas gerais para a melhoria da saúde mental, álcool e outras drogas, sem perder o foco nas iniciativas específicas de combate ao racismo e promoção da equidade racial. Essa abordagem ajuda a equilibrar as necessidades gerais do sistema de saúde mental com os objetivos específicos de justiça social e equidade racial.

Nesse sentido, o compilado das propostas e recomendações apresentadas serve como uma base essencial para orientar a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas nos eixos estabelecidos. Essas propostas foram estrategicamente organizadas para funcionar como um guia abrangente e detalhado no campo da saúde mental e do antirracismo. O objetivo principal é utilizar essas informações para construir e fortalecer políticas públicas de saúde mental que sejam antirracistas, promovendo a equidade racial e combatendo o racismo estrutural. Assim, o compilado não apenas servirá como um guia para o desenvolvimento de políticas e práticas antirracistas no campo da saúde mental, mas também busca assegurar que as políticas existentes sejam eficazes, inclusivas e estejam em consonância com a justiça social, os princípios da reforma psiquiátrica brasileira e os direitos humanos.



É imperativo que as recomendações formuladas sejam integradas nas políticas de saúde mental de maneira imediata. A adoção dessas diretrizes deve ser vista como uma prioridade não apenas para garantir a saúde de indivíduos e comunidades, mas também para cumprir os compromissos da reforma psiquiátrica brasileira e dos direitos humanos assumidos pelo país. A colaboração intersetorial e a participação social ativa serão cruciais para a implementação desses quesitos ético-políticos e para a construção de um sistema de saúde que verdadeiramente reflete os valores de equidade e inclusão.

Por fim, a oficina deixou claro que a luta contra o racismo estrutural na saúde mental, álcool e outras drogas é um desafio contínuo que exige um compromisso firme e sustentado. O relatório final deste evento não deve ser apenas um registro das discussões, mas um ponto de partida para ações futuras que promovam mudanças significativas e duradouras. Com o apoio de todos os setores envolvidos e o engajamento ativo da sociedade, será possível avançar rumo a um sistema de saúde mental que valorize e respeite a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua raça ou condição social.





## 8. Referências Bibliográficas

**BARROS, S.; et al.** O processo de cuidar em saúde mental da criança/adolescente negro usuário de CAPSij: Relatório técnico do diálogo deliberativo. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), 2020. Disponível em <https://es.wiktionary.org/wiki/removido>, consultado em 17/04/2024

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redireciona o modelo assistencial em saúde mental no Brasil, seguindo os preceitos da Lei Antimanicomial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), visando implementar políticas públicas que promovam a igualdade racial e combatam todas as formas de discriminação e preconceito racial no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 992/GM/MS, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), estabelecendo diretrizes para a implementação de ações que visam promover a equidade em saúde e combater as desigualdades étnico-raciais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS 344, de 17 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, visando garantir o registro adequado da autodeclaração racial dos usuários nos registros de saúde, permitindo a identificação e o monitoramento das condições de saúde da população negra no país. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, Anexo V. Aborda a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), destacando a importância da integração de serviços para proporcionar um cuidado integral em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) no âmbito do Sistema Único de Saúde, delineando diretrizes para a atenção especializada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 2.198, de 6 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Antirracista para a Saúde no âmbito do Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de dezembro de 2023. Seção 1, p. 1-5. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/portarias/gm/2023/GM2198.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

BRASIL, DATASUS. A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracista: Oficina Internacional. YouTube, Transmitido ao vivo em 21 de mai. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YS0-FMedbr0&t=4831s>.

BRASIL, DATASUS. A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas Antirracista: Oficina Internacional. YouTube, Transmitido ao vivo em 20 de mai. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4btHi7NqxxU&t=2361s>.





CARNEIRO, Sueli. Racismo e colonialismo na América Latina e no Caribe: percursos históricos. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Relações raciais e tensões étnicas na sociedade brasileira. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Política sobre etnia e saúde. 29a Conferência Sanitária Pan-Americana. CSP29/7, rev.1. 28 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/politica-sobre-etnia-e-saude-29a-conferencia-sanitaria-pan-americana>, consultado em 14/06/2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019–2025. Washington, D.C.: OPAS; 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51753>, consultado em 14/06/2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *La salud de la población afrodescendiente en América Latina*. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud; 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275323847>, consultado em 14/06/2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Nova Agenda de Saúde Mental para as Américas: Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde – Resumo executivo. Washington, D.C.: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727225> O relatório completo está disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57504>, consultado em 14/06/2024.

## ANEXO I

### PROGRAMAÇÃO DA OFICINA INTERNACIONAL: POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL ANTIRRACISTA



## PROGRAMAÇÃO

**Data:** 20 e 21 de maio de 2024. Duração: 2 dias

**Local:** Auditório da OPAS/OMS - Brasília/DF.

### OFICINA INTERNACIONAL: POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ANTIRRACISTA

Data: 20 de maio de 2024 (segunda-feira) - primeiro dia

Local: OPAS/OMS - Auditório principal

Horário	Tema da Mesa	Instituição	Convidado/a
09:00 às 10:00	<b>Mesa de Abertura</b>	Ministra da Saúde Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Representante da Organização Pan-Americana da Saúde No Brasil Secretário de Atenção Especializada à Saúde Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores Assessor para Equidade Racial em Saúde do Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde	Nísia Trindade Lima Deputada Federal Erika Kokay Socorro Gross Adriano Massuda Sônia Barros Claudia de Angelo Barbosa Luís Eduardo Batista João Pedro Santos da Silva



Data: 20 de maio de 2024 (segunda-feira) - primeiro dia  
Local: OPAS/OMS - Auditório principal

Horário	Tema da Mesa	Instituição	Convidado/a
10:00 às 12:30	<b>Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Políticas Públicas</b>	Ministérios da Saúde do México	Evalinda Barrón Velázquez
	<b>Coordenação da mesa:</b> Neli de Almeida	Ministério da Saúde do Brasil	Luis Eduardo Batista
	<b>Debatedora:</b> Rachel Gouveia		
12:30 às 14:00	Almoço		
14:00 às 16:00	<b>Oficina 1:</b> Sistemas de Informação e Políticas de Saúde Mental Antirracista <b>Facilitador/a:</b> Débora Augusto Franco		
	<b>Oficina 2:</b> Sistemas de Informação e Políticas de Saúde Mental Antirracista <b>Facilitador/a:</b> Diana Anunciação Santos		
16:00 às 17:00	Discussão Coletiva		
17:00 às 17:30	Pausa para o lanche e encerramento do primeiro dia		



Data: 21 de maio de 2024 (terça-feira) - segundo dia  
Local: OPAS/OMS - Auditório principal

Horário	Tema da Mesa	Instituição	Convidado/a
09:00 às 12:00	<b>Experiências promissoras para estratégias antirracistas: Práticas nos territórios</b> <b>Coordenação da Mesa:</b> Cláudia Braga <b>Debatedor/a:</b> Jeane Tavares	Iniciativa de Saúde Mental de Negros Canadenses, Agência de Saúde Pública do Canadá  Experiência brasileira do Kilombrasa	Ifrah Abdillahi  Henrique Galrão
12:00 às 13:30	Almoço		
13:30 às 16:00	<b>Oficina 3:</b> Legislação e Práticas de Saúde Mental Antirracista <b>Facilitador/a:</b> Tadeu de Paula <b>Oficina 4:</b> Legislação e Práticas de Saúde Mental Antirracista <b>Facilitador/a:</b> Luciane Régio Martins		
16:00 às 17:00	Discussão coletiva		
17:00 às 17:30	Pausa para o lanche e encerramento da Oficina		